

# ANÁLISE DE ASSUNTO NO PROCESSO DE INDEXAÇÃO: um percurso entre teoria e norma

Brisa Pozzi de Sousa\*  
Mariângela Spotti Lopes Fujita\*\*

## RESUMO

Considerada a etapa que constitui o trabalho intelectual do indexador, o foco percorre a abordagem da fase inicial do processo de indexação - a análise de assunto. Entre as várias denominações que pode alcançar, a análise de assunto atinge sua dimensão aplicada quando observada as normas que embasam o processo de indexação. A disponibilização da informação documentária necessita do desenvolvimento de aportes que auxiliem nos procedimentos de análise, síntese e representação do conteúdo documentário, buscando contribuições tanto para a sedimentação teórica, quanto para fomentar a prática profissional do bibliotecário. Por meio da investigação exploratória bibliográfica, este artigo visa contribuir para a relevância coberta pela análise de assunto, concluindo que existe uma lacuna na utilização da NBR 12676/1992, como também a necessidade de sua atualização.

**Palavras-chave:** Indexação - Teoria. Indexação - NBR 12676/1992. Análise de assunto. Leitura documentária.

\* Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília, Brasil. Professora do Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.  
E-mail: brisapozzi@gmail.com

\*\* Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professora Titular do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília, Brasil.  
E-mail: fujita@marilia.unesp.br

## I INTRODUÇÃO

Este trabalho toma por base a atividade de indexação do bibliotecário indexador, que desencadeará a análise de assunto através da leitura documentária. Essa atividade sofre várias influências, podendo ser de cunho cultural, social, político, físico, cognitivo, entre outras.

A análise de assunto também pode ser concebida por outras denominações, pois, “o processo de extrair conceitos que traduzam a essência de um documento é conhecido como ‘análise de assunto’ para alguns, análise temática para outros e ainda como análise documentária ou análise de conteúdo.” (NAVES, 1996, p. 215).

Com isso, observa-se um articulado movimento de interação entre leitor (bibliotecário) e texto a ser incorporado no sistema documentário,

tendo a leitura do profissional o papel de apropriação do conhecimento, que segundo Moura (2004), remete a dois tipos específicos de apropriação textual.

De um lado, temos a apropriação terminológica caracterizada pelo contínuo armazenamento, em enciclopédia particular, de uma lista de descritores aplicáveis às áreas de atuação do profissional. No decorrer do tempo, devido à familiaridade com a terminologia, tal leitor é capaz de incorporar novas informações aos sistemas, formular expressões de busca, estabelecer diálogos interdisciplinares sem, contudo, conseguir extrair as implicações teórico metodológicas desta ação. É uma habilidade que o bibliotecário desenvolve ao longo de suas atividades profissionais.

Por outro lado, a apropriação conceitual ocorre de modo mais consciente. Neste caso, o profissional busca, no desempenho de suas atividades, conhecer de forma mais específica os conceitos e as interfaces que os descritores representam para as distintas áreas de conhecimento. Devido a esse fato, a representação de um dado item informacional realizada pelo bibliotecário ganha significação e a mediação passa a ter mais chance de efetivação. (MOURA, 2004, p. 165).

Na segunda forma de apropriação descrita, predomina a maneira mais consciente de assimilar as informações documentárias que são produzidas, sendo observável a ligação entre o profissional, o sistema de recuperação da informação e o usuário. A autora explica a importância de o bibliotecário atuar como um leitor-mediador, a fim de “[...] exercer a capacidade interpretativa sua e, às vezes, a paranóica, para melhor compreender a dinâmica do fenômeno informacional, o que exige dos profissionais uma postura multidisciplinar na realização do seu trabalho [...]” (MOURA, 2004, p. 167).

Na busca do equilíbrio da capacidade interpretativa, deve-se considerar um conjunto de itens que envolvam o encontro do bibliotecário indexador com o conteúdo do documento, tendo inclusive que ressaltar a importância das normas e metodologias empregadas para auxiliar essa construção.

Sendo assim, o presente trabalho se justifica pela consideração de que a análise de assunto merece ser assimilada pelos bibliotecários como atividade intelectual que assume através da representação da informação, seja por sua teoria, como também pela NBR (norma brasileira) vigente. Diante a presente realidade, advoga-se que os bibliotecários precisam aplicar essa vertente na atividade cotidiana do processo de indexação, pois esse repertório compõe os mecanismos de tratamento da informação.

A metodologia aplicada é a exploratória bibliográfica, pois de acordo com sua finalidade, o artigo baseia-se na abordagem teórica, e o aspecto exploratório visa proporcionar maior familiaridade com a literatura levantada, em vistas de estreitar a abordagem da análise de assunto e o proponente processo de indexação.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO: referencial teórico e contexto normativo

De acordo com a literatura, percebe-se variação no número de etapas compreendidas pelo processo de indexação, entretanto é unanimidade que a análise de assunto se efetiva como o início do processo, sendo sistematizada conforme abordagem teórica de cada autor.

Cesarino e Pinto (1978), fundamentadas em Vickery (1970), identificam como sendo três os estágios que envolvem o processo de indexação: 1º) analítico ou interpretativo, onde o indexador identifica tópicos na obra; 2º) de sumarização, em que se estabelece a importância dos tópicos levando em consideração: objetivo do serviço e necessidade da comunidade usuária e os objetivos que o texto foi escrito; 3º) de tradução, pois os termos selecionados serão transpostos para a linguagem de indexação utilizada. Chaumier (1988, p. 64), baseando-se em Van Slype (1977, p.49), aponta que “[...] a indexação comporta quatro operações distintas, a saber: conhecimento do conteúdo do documento, escolha dos conceitos a serem representados, tradução dos conceitos e incorporação dos elementos sintáticos.” Lancaster (2004) compreende duas etapas: análise conceitual e tradução.

A NBR 12676/1992<sup>1</sup>, responsável em subsidiar o processo de indexação, aponta como sendo três os estágios compreendidos no processo, sendo: exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo, identificação dos conceitos presentes no assunto e tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992). Segundo a Norma, os estágios do processo de indexação se sobrepõem, e Lancaster (2004) corrobora que as etapas são realizadas pelo indexador concomitantemente, levando em consideração que o profissional está familiarizado com o processo.

Conforme é apontado por Cesarino e Pinto (1980, p. 32) “a análise de assunto é a operação base para todo o procedimento de recuperação de informações”, e para alcançar o assunto de um

<sup>1</sup> Entre os objetivos da referida Norma, encontra-se a fixação de condições exigíveis para a prática normalizada do exame de documentos, da determinação de seus assuntos e da seleção de termos de indexação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 1992).

documento, as autoras estabelecem três etapas: 1<sup>a</sup>) compreensão do texto como um todo; 2<sup>a</sup>) identificação de conceitos e 3<sup>a</sup>) seleção de conceitos que realmente são válidos para serem indexados.

Para Fourie (2008), indexadores de livros devem identificar todos os conceitos importantes que são discutidos no material, sem perder o foco, pois a indexação serve para economizar o tempo do leitor na busca de informação e o profissional indexador não deve induzir os leitores a erros, em relação aos aspectos pouco discutidos. Assim, a busca por conceitos importantes que reflita o processo de indexação é denominada por Fourie de análise de conteúdo ou análise de assunto. "O principal objetivo é determinar o que um livro ou outra entidade trata" (FOURIE, 2008, p. 112, tradução nossa)<sup>2</sup>.

Pinto Molina (1993) evidencia que para reduzir a ambiguidade do significado do conteúdo do documento, o mesmo deve ser analisado de acordo com o contexto onde está inserido. Sucede que determinados conceitos podem assumir novos significados, mudando o contexto de análise, e desta forma o profissional deve adaptar as suas decisões conforme a necessidade exigida pelo sistema de informação ou biblioteca.

Geralmente, o bibliotecário não é um especialista na área de conhecimento em que desenvolve a análise de assunto do documento, optando normalmente por uma descrição mais geral de assuntos, privilegiando uma concepção classificatória derivada do uso de sistemas de classificação em detrimento de uma análise de assunto mais específica para a própria indexação. Se a biblioteca cobre diferentes áreas de domínios, tem-se a questão de como o profissional realiza a análise de assunto. Nesse sentido, observa-se que:

Os índices outrora existentes em sistemas de recuperação da informação, tais como os antigos catálogos de fichas de biblioteca, foram considerados dentro de uma perspectiva classificatória, porque os chamados cabeçalhos de assunto eram compostos sob influência da terminologia classificatória e não do texto e seu conteúdo (FUJITA, 2003, p. 75).

Mas, realizar a análise de assunto focado somente na perspectiva da classificação não atinge o espectro temático do documento. Langridge (2006, p. 106) explica que "antes de podermos usar qualquer esquema de classificação ou construirmos qualquer entrada de índice para um documento devemos estar seguros sobre o assunto de que o documento trata."

Em relação à notação classificatória que for atribuída, um assunto então será nomeado a partir da classe de numeração, que, por conseguinte, se repetirá como descritor do documento. Outra maneira que pode ser utilizada para atribuir o assunto, decorre das palavras apresentadas no título da obra. Assim, "[...] as palavras dos títulos, os cabeçalhos de assuntos e os números de classificação em geral se repetem." (XU; LANCASTER, 1998 apud LANCASTER, 2004, p. 31). Se ao analisar uma obra o profissional se basear apenas na atribuição de assuntos em relação ao número de classificação e ao título, não se concebe uma análise de assunto no processo, mas sim como descrito por Lancaster (2004), uma repetição de palavras. Nesse sentido, julga-se não prevalecer à análise de assunto no processo de indexação.

Estudo em contexto holandês, do pesquisador Voorbij (1998 apud LANCASTER, 2004, p. 31), examinou a extensão com que os cabeçalhos de assunto nos *Online Public Access Catalog* (OPAC) repetiram as palavras-chave dos títulos dos livros. O pesquisador comprovou que apesar da atribuição de descritores para o material livro ser um processo dispendioso, o processo é válido de execução. Ressalta-se que para a referida atribuição, uma análise do material deve ser realizada. Assim, o referido pesquisador conseguiu comprovar que os descritores de assuntos recuperam quase duas vezes mais itens relevantes do que as palavras-chave retiradas do título. O estudo foi aplicado na área de humanidades e ciências sociais, as quais geralmente não apresentam títulos muito descritivos, como acontece na área de ciências exatas, por exemplo. De acordo com Voorbij (1998 apud LANCASTER, 2004), na área onde a pesquisa foi aplicada, não só os títulos, mas o assunto que é apresentado no título pode dar margem a diferentes formas de representação.

Outro direcionamento que a indexação pode tomar em relação ao processo de análise de assunto, está no ponto da operação ser realizada

<sup>2</sup> "The main purpose is to determine what a book or other entity is about." (FOURIE, 2008, p. 112)

com foco na linguagem documentária (LD) utilizada pelo sistema. Lancaster (2004) explica que o tipo de vocabulário controlado utilizado, não é o fator mais importante a influir nos termos advindos da análise de assunto, ou como define o autor, análise conceitual. Realizar o processo baseando-se no vocabulário do sistema compromete a representação temática do documento.

Lancaster (2004, p. 37) também fornece orientação para que o indexador: “[...] se atenha ao texto e as informações do autor.” Baseando-se no manual do *Education Resources Information Center* (ERIC), datado de 1980, Lancaster (2004, p. 37, grifo do autor) explica: “indexe o documento que tem em mãos, não o documento que o autor *gostaria* de ter escrito ou *pretende* escrever no futuro. Não confunda suposições ou menções a implicações e possibilidades com o verdadeiro conteúdo.” (grifo do autor).

Uma LD é um instrumento comutador, um código intermediário que pressupõe uma normalização e “tradicionalmente, procura-se no texto a invariante documentária registrada pelo código. Por esses motivos, as representações documentárias são de caráter generalizante. Por sua vez, o código intermediário determina o nível de informação a ser veiculado.” (LARA, 1993, p. 62). Nesta concepção, ao direcionar a análise de assunto para o vocabulário controlado, o resultado será uma representação genérica.

Se pensarmos na indexação realizada em bibliotecas universitárias, que abrangem diversas áreas do conhecimento e atende a um público com variados interesses, uma indexação superficial não suprirá as demandas por informação. Algumas bibliotecas vinculadas às instituições públicas de ensino superior tem a característica de descentralização dos *campi*, onde cada um abrange cursos interligados nas áreas do conhecimento, podendo as bibliotecas ter característica de tipo especializada, pois os usuários centrados em áreas determinadas desenvolvem conhecimento mais profundo e assim, demandam condições de buscas por termos mais específicos.

Torna-se importante que os catálogos primem pelo princípio da especificidade, que é essencial na indexação de assuntos. O referido princípio tem origem em Cutter (1876), o qual explica que o assunto de um documento deve ser indexado sob o termo mais específico que o abarque por inteiro (LANCASTER, 2004). Consequentemente, “se os termos genéricos

forem atribuídos toda vez que for utilizado um termo específico, ficará difícil diferenciar artigos genéricos de artigos específicos.” (LANCASTER, 2004, p. 34).

Além da especificidade demandada, os catálogos das bibliotecas ampliam as formas de alcance à informação documentária, oferecendo inúmeras e diferentes abordagens a um mesmo documento como acesso por autor, assunto, tipo de documento, série, língua, entre outros, mantendo dessa forma vários pontos de acesso. O catálogo se torna o principal instrumento de comunicação e recuperação da informação em uma biblioteca, conduzindo os usuários a busca de documentos que contenham as informações que necessitam.

O processo de indexação, além de ter foco no que é abordado no documento, também deve ser direcionado para a necessidade de informação do usuário, materializada por ele na forma de pergunta. É um processo com duas direções: de um lado os documentos e de outro, as necessidades de informação dos usuários.

Gil Leiva (2008, p. 62, tradução nossa), explica três diferentes propostas para direcionar a indexação de documentos: “indexação centrada no documento, indexação centrada no usuário e indexação centrada no domínio.” O autor realizou uma compilação das diferentes abordagens existentes na literatura, apoiando-se em variados autores, a fim de definir os três direcionamentos que a indexação pode alcançar.

Na primeira proposta, indexação centrada no documento, Gil Leiva (2008) baseando-se em Soergel (1985) e Lancaster (1991), explica que os indexadores efetuam a descrição exata e fiel do que é abordado no documento, sem considerar o contexto e as necessidades de informação dos usuários que o sistema atende.

Na segunda proposta, centrada no usuário, os indexadores selecionam conceitos e os convertem em termos controlados por meio de uma linguagem de indexação, ou documentária, tendo sempre em mente o conhecimento que possuem dos usuários e suas possíveis necessidades de informação. Para esse direcionamento, Gil Leiva (2008) se baseia em Albrechtsen (1993) e Fidel (1994), explicando que a ISO 5963/1985<sup>3</sup> também indica aos indexadores

3 International Standardization for Organization (ISO), norma intitulada *Documentation - methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms*. Primeira norma para análise, identificação de assuntos e seleção de termos de indexação publicada.

selecionar conceitos que eles acreditam serem úteis para a comunidade usuária.

A última proposta, denominada indexação centrada no domínio, é mais complexa. Fundamenta a indexação no conhecimento profundo da organização, envolvendo a história, metas, objetivos, pessoas e relacionamentos, fluxos de informação, etc. Baseando-se na teoria de Jeans-Erik Mai (2005), Gil Leiva (2008) explica que a indexação nessa abordagem se subdivide em quatro processos: análise de domínio, das necessidades dos usuários, dos papéis desempenhados pelos indexadores e por último, na análise do documento, levando sempre em consideração os elementos anteriores.

Gil Leiva (2008) expõe ainda que a diferença entre a indexação centrada no documento da centrada no domínio está no ponto da primeira ter como única referência a informação contida no documento e a segunda, visar no domínio e em outros elementos que envolvem o documento. O autor descreve que em sua observação, advinda de trabalho publicado em 1999, o processo de indexação, por completo, é decorrente tanto do objetivo quanto do processo da indexação. Com isso:

- O objetivo da indexação dos documentos é permitir seu armazenamento e como a indexação das perguntas dos usuários direciona a recuperação do documento. Assim, o objetivo geral da indexação é o armazenamento da informação para atender as necessidades de informação. Por tanto, a indexação e a recuperação são duas caras da mesma moeda.

- As etapas da indexação são a análise dos documentos e as perguntas para a seleção dos conceitos explícitos ou implícitos, e o armazenamento dessas palavras chave tal como estão, ou sua conversão em uma linguagem controlada. (GIL LEIVA, 1999 apud GIL LEIVA 2008, p. 63-64, tradução nossa).

Conclui que a indexação é um processo executado com objetos suscetíveis de serem representados por conceitos, a fim de atender as solicitações dos usuários, finalizando com o atendimento e satisfação da necessidade de informação (GIL LEIVA, 2008).

No entanto, a questão de como a informação documentária é criada em

diversificação de domínios específicos torna-se um ponto crucial e a dúvida que persiste está em como realizar uma análise de assunto condizente para a representação temática neste contexto.

Mediante ampla variedade conceitual, Dias (2004) descreve as inúmeras denominações ao conteúdo substantivo de um documento ou informação que a palavra assunto pode assumir, podendo ser: atinência extensional e atinência intensional (FAIRTHORNE, 1969), topicalidade (atinência extensional) e informatividade (atinência intensional) (BOYCE, 1982), atinência (atinência extensional) e significado (atinência intensional) (BEGHTOL, 1986). Apesar do apuro conceitual que se apresenta, observa-se que na prática tem-se:

[...] uma tendência a se usar o termo assunto de uma forma bastante genérica, inclusive como sinônimo desses outros termos mencionados. Uma autora importante da área (SVENONIUS, 1995), por exemplo, descreve o objetivo da análise de assunto como sendo determinar o assunto (tema, tópico ou atinência) de um documento (SVENONIUS, 1995, p. 3). Faltou somente o termo conceito para que se tivesse, então, toda a gama de termos mencionados representados pelo termo assunto. (DIAS, 2004, p. 150).

Opta-se neste artigo pela palavra assunto, e a literatura que cobre o processo de indexação abrange e delimita suas etapas ou estágios, havendo um razoável número de posicionamentos teóricos. Além da literatura, tais delimitações também podem advir da Norma brasileira (NBR).

## 2.1 Princípios da indexação e desenvolvimento das normas

A fim de oferecer subsídios aos profissionais em relação à atividade de determinar o assunto do documento, foi criado os "Princípios de Indexação" pelo sistema internacional vinculado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>4</sup>, conhecido pela sigla UNISIST<sup>5</sup> (WORLD INFORMATION SYSTEM

4 United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

5 World Information System for Science and Technology.

FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY, 1981; FUJITA, 2003).

Em 1985, a publicação dos Princípios de Indexação ocasionou a criação da primeira norma internacional, a ISO 5963 e no Brasil somente 7 anos depois, em 1992, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou a tradução, nomeando-a de NBR 12676/1992 (FUJITA, 2003).

Será realizada uma explanação sobre os Princípios de Indexação UNISIST e a NBR 12676/1992, a fim de esclarecer as diretrizes que norteiam o processo de análise de assunto, haja vista na literatura não constar nenhuma referência aplicada de pesquisa ou relato de experiência que tenha empregado algum dos instrumentos no processo de indexação. Fujita (2003) investiga por meio da revisão de literatura, a identificação de conceitos a partir da leitura documentária, da tematicidade e das concepções de análise do assunto do documento, abordando, indicando e tendo como aparato além de outros autores, os Princípios UNISIST e a NBR 12676/1992.

A ISO 5963/1985 não será empregada nesta investigação pelo fato da escolha ser pela Norma brasileira. Apesar de a NBR ser uma tradução da ISO e esta ter sido originada dos Princípios de Indexação UNISIST, a opção se faz, pois a NBR existe para ser usada no Brasil.

Em relação ao processo de indexação, existe um aparato de vocábulos para denominá-lo, sendo empregada uma variedade de termos para descrever o processo e definir a própria palavra indexação<sup>6</sup> (GIL LEIVA, 2008). Entretanto, diante tamanha diversidade, não se torna objetivo desse artigo esgotar as discussões.

O processo de indexação é definido por Princípios UNISIST (WORLD INFORMATION..., 1981, p. 84), como sendo:

[...] a ação de descrever e identificar um documento de acordo com seu assunto. [...] Durante a indexação, os conceitos são extraídos do documento através de um processo de análise, e então traduzidos para os termos de instrumentos de indexação (tais como tesouros, listas de cabeçalhos de assunto, esquemas de classificação, etc.).

<sup>6</sup> Gil Leiva (2008, p. 60) descreve a variedade de verbos aplicados para descrever a ação da indexação, entre alguns: captar, resumir, descrever, caracterizar, analisar, identificar, traduzir, indicar, enumerar, etc., o conteúdo informacional do documento.

Também de acordo com os Princípios de Indexação (WORLD INFORMATION..., 1981, p. 85), a operacionalização do processo decorre em dois estágios sendo: "- Estabelecimento dos conceitos tratados num documento, isto é, o assunto; - Tradução dos conceitos nos termos da linguagem de indexação." Em sequência, o primeiro estágio da indexação que determina os assuntos do documento é subdividido em outras três etapas: **1.** Compreensão do conteúdo do documento como um todo; **2.** Identificação dos conceitos que representam este conteúdo e **3.** Seleção dos conceitos válidos para a recuperação.

A **compreensão do conteúdo como um todo**, depende da forma que o documento assume, podendo ser do tipo gráfico e não gráfico e a primeira situação envolve a coleção da maioria das bibliotecas. Também é importante observar as partes do documento que trazem dados importantes sobre o assunto como título, introdução e as primeiras frases de capítulos e parágrafos, ilustrações, tabelas, diagrama e suas explicações, conclusão e palavras ou grupo de palavras com algum tipo de destaque como, por exemplo, as sublinhadas. Recomenda não fazer a indexação apenas pelo título ou resumo, pois estes podem não expressar o verdadeiro conteúdo do documento e direciona a leitura e exame (do documento) para determinar seu conteúdo.

A **identificação dos conceitos que representam o conteúdo** sucede a etapa de exame, em que o indexador deve abordar uma lógica, selecionando os termos que expressem o conteúdo do documento. A escolha de tais conceitos deve obedecer a categorias importantes da cobertura do documento, sendo: o fenômeno, o processo, as propriedades, as operações, o material, o equipamento, etc.

Para a **seleção dos conceitos válidos**, determinados pela análise de assunto do documento, os quais serão utilizados para recuperar a informação representada, o indexador não precisa acrescentar todos os termos que escolheu durante o exame. A escolha depende do objetivo para o qual o documento é indexado, devendo considerar os parâmetros de exaustividade e especificidade.

Em relação à exaustividade, os Princípios de Indexação (WORLD INFORMATION..., 1981) descreve que a dimensão do campo coberto pelo índice, não deve ser interpretada limitadamente,

em decorrência dos dados indexados poderem ser utilizados por outros grupos. Recomenda que os indexadores não subestimem outros aspectos de assunto, tais como as implicações sociais e/ou econômicas.

Ao fazer a escolha dos conceitos, o indexador deve ter em mente a função de recuperação da informação e levar em consideração os conceitos apropriados para a comunidade usuária e quando necessário, mudar os instrumentos de indexação, isso com base no retorno dado pelos usuários. No entanto, as alterações não devem ser levadas a um ponto de distorção do processo de indexação e o limite do número de termos empregados deve ser determinado pela quantidade de informações contida no documento. Explica que se por razões econômicas, a quantidade de conceitos tenha que ser limitada, o número de termos deve ser atribuído a cargo do indexador, de acordo com a importância dos conceitos na expressão do assunto geral do documento.

Por outro lado, tratando da especificidade, os Princípios de Indexação (WORLD INFORMATION..., 1981) explica que os conceitos devem ser o mais possível especificado no

processo de indexação e a forma genérica deve apenas ser utilizada em alguns casos, como por exemplo, na situação que o indexador considera que uma ideia não foi completamente desenvolvida, ou se o autor a trata de forma superficial.

O segundo estágio da indexação, **representação de conceitos por termos de uma linguagem de indexação**, direciona a tradução dos assuntos selecionados e centra nos instrumentos de indexação, para assegurar os conceitos de forma útil e acessível. Assim encontramos: os instrumentos verbais, representados por tesouros e listas de cabeçalhos de assunto, entre outros; os instrumentos simbólicos, onde os conceitos são representados por símbolos de classificação.

O indexador deve estar familiarizado com os instrumentos, mas na prática, encontrará frequentemente conceitos que não estarão disponíveis nos tesouros ou sistemas de classificação. Sugere-se que dependendo do sistema, os conceitos descobertos sejam incluídos ou caso contrário, são utilizados descritores genéricos e os conceitos novos ficam candidatos para uma nova versão da linguagem de indexação.

**Quadro 1** - Sistematização dos Estágios de Indexação Proposto por Princípios de Indexação (WORLD INFORMATION..., 1981)

<p><i>1º estágio</i></p> <p><i>Estabelecimento dos conceitos tratados num documento (o assunto)</i></p>	<p><b>1. Compreensão do conteúdo do documento como um todo</b></p> <p>* Observar as partes do documento que trazem dados importantes sobre o assunto como título, introdução e as primeiras frases de capítulos e parágrafos, ilustrações, tabelas, diagrama e suas explicações, conclusão e palavras ou grupo de palavras com algum tipo de destaque como, por exemplo, as sublinhadas;</p> <p>* Não fazer a indexação apenas pelo título ou resumo do documento, pois estes podem não expressar o verdadeiro conteúdo;</p> <p>* Realizar a leitura e exame do documento para determinar seu conteúdo.</p> <p><b>2. Identificação dos conceitos que representam o conteúdo</b></p> <p>* Abordar uma lógica para selecionar os termos que expressem o conteúdo do documento. Uso de categorias da cobertura do documento: o fenômeno, o processo, as propriedades, as operações, o material, o equipamento, etc.</p> <p><b>3. Seleção dos conceitos válidos para a recuperação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Para a seleção dos conceitos que determinarão o assunto do documento, os quais também serão utilizados na sua recuperação, o indexador não precisa acrescentar todos os termos que escolheu durante o exame. A escolha depende do objetivo para o qual o documento é indexado. Aqui se devem considerar os parâmetros de especificidade e exaustividade.</li> </ul>
<p><i>2º estágio</i></p> <p><i>Tradução dos conceitos nos termos da linguagem de indexação</i></p>	<p>Centrada nos instrumentos de indexação, para assegurar os conceitos de forma útil e acessível, os quais:</p> <p>* os instrumentos verbais, representados por tesouros e listas de cabeçalhos de assunto, entre outros;</p> <p>* os simbólicos, onde os conceitos são representados por símbolos de classificação.</p> <p>O indexador deve estar familiarizado com os instrumentos, mas na prática, pode encontrar conceitos que não estarão disponíveis nos instrumentos. Dependendo do sistema, a sugestão é de incluir os conceitos descobertos ou caso contrário, utilizar os descritores genéricos.</p>

**Fonte:** Elaborado pelas autoras

A NBR 12676/1992 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 1992, p. 2), conceitua indexação como “ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação”. A Norma divide o processo de indexação em três estágios, que tendem a se sobrepôr, sendo: “a) exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo; b) identificação dos conceitos presentes no assunto; c) tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 1992, p. 2).

No primeiro estágio, que se dá pela **análise do documento**, assim como os Princípios de Indexação (WORLD INFORMATION..., 1981), a NBR 12676/1992 afirma que o documento ao ser analisado dependerá da sua forma física, podendo ele ser impresso ou não-impresso. Como esta pesquisa é focada no primeiro tipo de documento, a compreensão do assunto é feita pela leitura, que deve levar em consideração partes importantes, como título e subtítulo, resumo, sumário, introdução, ilustrações, diagramas, tabelas e seus títulos explicativos, palavras ou grupos de palavras em destaque e referências bibliográficas. A Norma não recomenda realizar a indexação por qualquer uma das partes do documento isoladamente, pois não refere à fonte confiável, sendo necessária uma leitura mais apurada.

A **identificação dos conceitos**, próximo estágio da NBR 12676/1992, instrui o indexador a adotar uma abordagem sistemática para identificar os conceitos essenciais na descrição do assunto. A Norma sugere perguntas que devem ser elaboradas pelo indexador, as quais servirão para identificar os aspectos importantes na área coberta pelo índice. Outras também podem ser feitas, sendo alguns exemplos sugeridos. Assim, o indexador deve-se indagar sobre:

- a) o assunto principal do documento;
- b) como definir o assunto em termos de teorias, hipóteses;
- c) a ação, a operação ou processo do assunto (se possuir);
- d) a definição do agente da ação, operação, processo, etc.;
- e) a constatação de métodos, técnicas e instrumentos especiais;
- f) a consideração dos aspectos no contexto de um local ou ambiente especial;

- g) a identificação de variáveis dependentes ou independentes;
- h) a consideração do assunto em relação a um ponto de vista interdisciplinar (ex.: um estudo sociológico da religião). (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 1992).

Ainda em relação à **identificação dos conceitos**, ao fazer a escolha o indexador deve levar em consideração as consultas que podem ser realizadas pela comunidade usuária. Também conforme apontado por Princípios de Indexação (WORLD INFORMATION..., 1981), a NBR 12676/1992 diz que nem todos os conceitos identificados serão aplicados, dependendo do grau de exaustividade e especificidade do sistema de informação.

A Norma explica que os limites da abrangência de assunto, não devem ser interpretados de modo restrito, pois com o crescimento das redes de informação os termos podem ser utilizados por vários grupos de usuários.

Em continuidade, ainda na **identificação dos conceitos**, a Norma diz que não se deve estabelecer limite ao número de termos ou descritores que possam ser atribuídos ao documento (exaustividade). Diz que se um serviço de indexação necessita limitar a quantidade de termos, a seleção dos conceitos deve ser orientada pelo julgamento do indexador, de acordo com o papel que cada conceito desempenha na expressão do assunto global do documento.

Já a especificidade está relacionada ao grau de precisão com que o termo define determinado conceito no documento. A opção decorre por termos mais genéricos, dependendo dos fatores: a especificidade pode afetar negativamente o sistema quando o usuário prefere uma busca geral, no caso de equipamentos que podem ser representados genericamente. Em relação ao peso dado ao conceito, se o indexador considerar que uma ideia não está completamente desenvolvida, também pode realizar uma indexação em nível geral.

O último estágio de indexação proposto pela Norma é a **seleção de termos de indexação**, que explica ao indexador observar as seguintes práticas:

- a) usar descritores convenientes com a linguagem de indexação;

- b) para os termos que representem novos conceitos, deve-se verificar sua aceitação em outros instrumentos como: dicionários e enciclopédias reconhecidas; tesouros e tabelas de classificação. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 1992).
- Sugere consultar especialistas do assunto que tenham conhecimento de indexação e se o indexador não encontrar conceitos presentes nos tesouros ou nas tabelas de classificação, esses podem ser trabalhados da seguinte maneira:
- a) expressos por termos ou descritores que venham a ser incluídos na linguagem de indexação;
  - b) representar provisoriamente por termo geral e posteriormente acrescentar os novos conceitos. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 1992).

**Quadro 2** - Sistematização dos Estágios de Indexação Proposto pela NBR 12676/1992 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 1992)

<p><b>1º estágio</b></p> <p><i>Exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo</i></p> <p><i>(Análise do Documento)</i></p>	<p>* o documento ao ser analisado dependerá da sua forma física;</p> <p>* compreensão do assunto realizada pela leitura, que deve levar em consideração partes importantes, como: título e subtítulo, resumo, sumário, introdução, ilustrações, diagramas, tabelas e seus títulos explicativos, palavras ou grupos de palavras em destaque e referências bibliográficas;</p> <p>* não recomenda realizar a indexação por qualquer uma das partes do documento isoladamente, pois não refere à fonte confiável, sendo necessária uma leitura mais apurada.</p>
<p><b>2º estágio</b></p> <p><i>Identificação dos conceitos presentes no assunto</i></p> <p><i>(Identificação dos Conceitos)</i></p>	<p>* adotar uma abordagem sistemática para identificar os conceitos essenciais na descrição do assunto;</p> <p>* sugere perguntas para identificar os aspectos importantes na área coberta pelo índice, sendo sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- o assunto principal do documento;</li> <li>- como definir o assunto em termos de teorias, hipóteses;</li> <li>- a ação, a operação ou processo do assunto (se possuir);</li> <li>- a definição do agente da ação, operação, processo, etc.;</li> <li>- a constatação de métodos, técnicas e instrumentos especiais;</li> <li>- a consideração dos aspectos no contexto de um local ou ambiente especial;</li> <li>- a identificação de variáveis dependentes ou independentes;</li> <li>- a consideração do assunto em relação a um ponto de vista interdisciplinar (ex.: um estudo sociológico da religião).</li> </ul> <p>* nem todos os conceitos identificados serão aplicados, dependendo do grau de exaustividade e especificidade do sistema de informação.</p>
<p><b>3º estágio</b></p> <p><i>Tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação</i></p> <p><i>(Seleção de termos de indexação)</i></p>	<p>* observar as seguintes práticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- usar descritores convenientes com a linguagem de indexação;</li> <li>- para os termos que representem novos conceitos, deve-se verificar sua aceitação em outros instrumentos como: dicionários e enciclopédias reconhecidas; tesouros e tabelas de classificação.</li> </ul> <p>* sugere consultar especialistas do assunto que tenham conhecimento de indexação e se o indexador não encontrar conceitos presentes nos tesouros ou nas tabelas de classificação, esses podem ser trabalhados da seguinte maneira:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- expressos por termos ou descritores que venham a ser incluídos na linguagem de indexação;</li> <li>- representar provisoriamente por termo geral e posteriormente acrescentar os novos conceitos.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelas autoras

Diante as exposições realizadas com uso da literatura, dos Princípios de Indexação (WORLD INFORMATION..., 1981) e da NBR 12676/1992 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 1992) é possível constatar que para chegar ao produto da indexação (a informação documentária), é necessário compreender o percurso das atividades inerentes ao processo.

A primeira etapa da indexação decorre da análise de assunto, que é realizada por meio da leitura documentária do bibliotecário, denominado também de indexador. Por meio desse tipo de leitura se compreende de maneira geral o documento, para assim identificar e selecionar os termos e posteriormente realizar a representação do assunto, a fim de disponibilizá-lo para recuperação no catálogo.

No texto referente aos Princípios de Indexação, durante o estágio de determinação de assunto (1º estágio - Quadro 2) é possível observar que a leitura documentária encontra-se subentendida em “partes importantes do texto [que] necessitam ser consideradas cuidadosamente” (WORLD INFORMATION..., 1981, p. 86), pois mesmo para compreender as partes, é necessário realizar a leitura documentária.

De acordo com Fujita (2003, p. 64, destaque da autora) é possível constatar que a leitura está subentendida nos Princípios de Indexação, na frase grifada:

*Na identificação de conceitos (segundo estágio do estabelecimento de conceitos), o indexador, após o exame do texto, passa a abordá-lo de uma forma mais lógica a fim de selecionar os conceitos que melhor representem seu conteúdo. Para isso, recomenda que a identificação de conceitos seja feita obedecendo a um esquema de categorias existente na área coberta pelo documento, como por ex.: o fenômeno, o processo, as propriedades, as operações, o material, o equipamento, etc.*

A NBR 12676/1992, no primeiro estágio da indexação, que é a “Análise do Documento” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 1992, p. 2), descreve que a compreensão do assunto depende de uma leitura que garanta a sua compreensão, onde nenhuma informação importante será menosprezada, sendo necessário considerar várias partes do documento a serem analisadas.

Em nota, recomenda ao indexador uma leitura mais apurada, para que não realize o processo levando em consideração apenas uma das partes mencionadas. Fujita (2003, p. 65, destaque da autora), refere-se ao primeiro estágio:

No item ‘exame do documento’ a Norma 12.676, ao mesmo tempo em que considera ideal a leitura total do documento aponta sua impraticabilidade operacional, oferecendo ao indexador a possibilidade do texto ser analisado através do exame cuidadoso de partes como o título, resumo, sumário e etc.

Os pontos descritos demonstram a importância e a inserção da atividade de leitura documentária na etapa de análise do documento, para identificação do seu assunto. Sem a realização dessa leitura, não há como determinar o conteúdo temático.

As diretrizes e normas servem de apoio, de base para dar direcionamento, mas além delas, é de suma importância que o sistema de informação tenha uma política de indexação estruturada e registrada. Essa Política é de expressiva importância para a condição de êxito ou não do processo. Tanto os Princípios de Indexação quanto a NBR 12676/1992, deixam a cargo do indexador algumas decisões que devem estar estabelecidas na Política, ao invés de serem realizadas quando o indexador achar necessário.

### **3 O ATO DA LEITURA DOCUMENTÁRIA VISANDO A CRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DOCUMENTÁRIA**

Para diminuir a subjetividade presente na indexação, além do embasamento teórico e a utilização dos estágios apontados por normas, uma política de indexação bem definida irá orientar o trabalho do bibliotecário com diretrizes e critérios adaptados a sua realidade (RUBI, 2008). Esses procedimentos não podem estar condicionados somente na cabeça do profissional, mas devem estar expresso formalmente.

Ao pensar na seleção dos conceitos que determinarão o assunto do documento, que serão utilizados para sua recuperação, tanto os Princípios de Indexação quanto a Norma 12676/1992 explicam que o indexador não

precisa acrescentar todos os termos que escolheu durante o exame. Caso escolha muitos termos, por exemplo, 25, torna-se complicado gerenciar aleatoriamente quais serão os preteridos. Com isso, a escolha depende do objetivo para o qual o documento é indexado, devendo considerar os parâmetros de especificidade e exaustividade e esses parâmetros devem ser definidos e estarem contidos na política de indexação.

Os pontos versados se fazem importantes na construção da informação documentária e no contexto da sua fabricação pela indexação. O processo de análise de assunto também deve ser fundamentado pela leitura documentária.

A organização e a recuperação da informação envolvem o processo de comunicação documentária, que enreda a codificação e a decodificação dos conteúdos informacionais, a fim de criar representações com finalidade pragmática, de disponibilizar a informação tratada para recuperação (LARA, 1993).

Na concretização da referida comunicação, a leitura esta imbuída na etapa de análise de assunto, como “[...] uma prática de dar sentido perceptivo e intelectual [...] nesse contexto, [é presente] o sujeito e toda a sua capacidade subjetiva de interpretar.” (DIAS; NAVES, 2007, p. 44). Assim, o indexador é quem fornece sentido intelectual e perceptivo ao documento que será indexado.

O emprego da leitura na análise de assunto demandará do indexador a condensação do documento original, em forma de informação documentária. Por isso, pela leitura o indexador realizará a análise, sendo esta a única maneira de se ter acesso ao conteúdo de um documento (PINTO MOLINA, 1993).<sup>7</sup>

É possível ressaltar que a leitura documentária não se configura na íntegra, como uma leitura de aprendizagem ou de lazer, mas é uma forma que possibilita a extração de conceitos que sintetizem o conteúdo do documento (DIAS; NAVES, 2007). É um tipo de leitura racional, que envolve técnica de compreensão sobre o conteúdo do documento para sua posterior transformação em informação documentária. Avoca-se que:

É preciso entender, também, que não se recupera qualquer tipo de informação (a

expressiva, por exemplo) mas apenas informações documentárias. Esta se apresenta como produto específico obtido através de procedimentos documentários a partir da informação original – presente no texto – operada por instrumentos documentários. (LARA, 1993, p. 41).

Ao versar sobre a leitura e a análise de assunto, tem-se a complexidade da atividade de indexação, demandando pesquisas contínuas para seu aperfeiçoamento e por consequência, também dos sistemas que armazenam as representações produzidas. Chaumier (1988, p. 74), ressalta “[...] que a indexação é uma operação essencial para que se possam recuperar documentos do acervo documentário e então responder, de forma adequada e eficaz, a todo pedido ou questão dos usuários [...]”.

Como descrito, a etapa inicial da indexação é a análise de assunto, também denominada de análise conceitual (LANCASTER, 2004), estágio analítico ou interpretativo (VICKERY apud CESARINO; PINTO, 1978), conceitos tratados no documento (WORLD INFORMATION..., 1981), exame do documento (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 1992), entre outras definições. No entanto, das diversas expressões empregadas para definir o principiar do processo de indexação, é consenso que se inicia por meio da leitura documentária, realizada pelo indexador, o qual deve compreender o documento para identificar os termos que poderão ser utilizados na representação do seu conteúdo.

De acordo com Naves (2001, p. 192, destaque da autora):

O processo de análise de assunto, do ponto de vista do indexador, é iniciado com a fase de leitura do texto. Para isso, é necessário que se conheçam tipos e estruturas de textos para iniciar-se a sua leitura com fins específicos. Após essa leitura, passa-se à fase da extração de conceitos que possam representar o conteúdo temático do texto, para se chegar ao momento da fase de representação da atinência (*aboutness*), em que são definidos os termos em linguagem natural, denominados por FROHMANN (1990) de *frases de indexação*, que, depois de traduzidos para uma linguagem de indexação, passam a ser chamados de descritores de assunto, cabeçalhos de assunto, palavras-chave, termos de indexação ou enunciados.

7 “[...] podemos afirmar que la lectura es la única forma posible de acceso al contenido documental.” (PINTO MOLINA, 1993, p. 160).

Os estudos de Cintra (1989) fundamentaram a importância da compreensão do ato de ler para o cumprimento da atividade de indexação. Kobashi (1994) condiciona a importância da realização da leitura no contexto de análise documentária. Cunha (1990, p. 141, destaque da autora) explica que a análise do documento “[...] passa em primeiro lugar pela LEITURA do texto e sua análise [...]” sendo esta etapa o “momento deflagrador” da análise.

Fujita (1999), em pesquisa aplicada na área de Ciências da Saúde Oral, elucida que a leitura documentária deve ser realizada de forma estratégica, pois seu objetivo é a identificação de termos representativos, sendo através dessa atividade que o indexador irá compreender sobre o que trata o documento. Assim, a autora explica que o indexador deve utilizar estratégias para identificar os assuntos, além de ter conhecimento na área de domínio e da estrutura textual dos documentos. Com isso, deve se dar importância a uma leitura bem estruturada e a sistematização de um método que auxilie na identificação de conceitos do documento.

Em 2006, Fujita e Rubi desenvolveram uma abordagem sobre a leitura documentária, apresentando um modelo próprio de leitura para indexação de textos científicos, composto por um manual explicativo que contém instruções para leitura dividida em três partes, sendo: “I. Exploração do conhecimento da estrutura textual; II. Identificação de conceitos; III. Seleção de conceitos.” (FUJITA; RUBI, 2006, p. 9). Dois trabalhos de conclusão de curso utilizaram o Modelo de Leitura Documentária para Artigos Científicos de Fujita e Rubi (2006), na catalogação de livros, envolvendo estudo teórico sobre a estrutura do livro. Silveira (2006) e Ribeiro (2010) tiveram como objetivo contribuir com adaptações junto ao Modelo de Leitura Documentária para a catalogação de assunto de livros em bibliotecas universitárias.

Ribeiro (2010), respaldada em Fujita (2007) no projeto de pesquisa que retrata as investigações do Modelo de Leitura Documentária para indexação na catalogação de assuntos de livros, colaborou com adequações para o referido modelo. Com adaptações da metodologia de Leitura Documentária para artigos científicos de Fujita e Rubi (2006), Ribeiro (2010) expôs resultados sobre a análise de assunto do documento livro e, por consequência,

apontou observações a fim de facilitar o processo de recuperação da informação pelo usuário.

Outra compreensão se faz importante, em relação à exploração da estrutura textual, que permite localizar nas partes do documento os elementos que compõem o texto, como o título, autor, resumo, palavra-chave, introdução, resultado, etc.; para se compreender o conteúdo de cada uma dessas partes. Um exemplo: na introdução, o autor diz quais são seus objetivos com a pesquisa e o tema principal abordado.

A pesquisa de Reis (2012) trata da observação da estrutura textual durante a indexação de livros em bibliotecas universitárias, pois é essencial considerá-la ao indexar, sendo que cada tipo de documento apresenta uma estrutura própria. Quando o documento em foco é o livro, a análise da estrutura textual pode ser realizada de forma a facilitar a análise de assunto, pois o profissional que realiza este processo pode buscar os termos nos locais mais apropriados. Assim, Reis (2012) busca compreender e investigar o indexador enquanto leitor profissional, mediante a observação de suas experiências adquiridas com a profissão dentro do domínio específico de bibliotecas universitárias, e o uso que faz da estrutura textual durante a catalogação de assuntos.

Outras pesquisas brasileiras apontam a importância da leitura com foco no documento. Neves, Dias e Pinheiro (2006), identificam as peculiaridades da leitura para fins de indexação e como esse tipo de leitura se assemelha ou se diferencia da leitura em condições normais e em termos das estratégias utilizadas. Constatam que a leitura do indexador não é uma leitura diferenciada, pois em termos do uso de estratégias metacognitivas<sup>8</sup>, a leitura com propósito de indexação não apresenta características próprias, que a diferencie daquela feita por leitores comuns. Os autores concluem que a ênfase no ensino do tratamento temático da informação deveria voltar-se com mais atenção ao desenvolvimento de competências e implementação de uma leitura mais estratégica.

Em relação às considerações dos autores supracitados, é possível constatar o exemplo

<sup>8</sup> De acordo com os autores “a cognição é compreendida como os processos mentais inconscientes de uma pessoa, enquanto a metacognição refere-se ao gerenciamento consciente sobre um fenômeno cognitivo pelo indivíduo”. (NEVES; DIAS; PINHEIRO, 2006, p. 142).

da disciplina Leitura Documentária, que integra o currículo do curso de graduação em Biblioteconomia da Unesp, *campus* de Marília, sendo a mesma de caráter obrigatório. A disciplina utiliza o Modelo de Leitura Documentária, juntamente com os conteúdos teóricos e metodológicos do seu plano de ensino (FUJITA; RUBI, 2006).

A prática de leitura do bibliotecário, caracterizada por seus aspectos gerais, porém com objetivo de ressaltar a complexidade que envolve a sua profissionalização no contexto das inovações tecnológicas, é investigado por Moura (2004, p. 159), e de acordo com a autora “a leitura é considerada, por assim dizer, o cerne das ações profissionais do bibliotecário”.

Moura (2004, p. 164) define o leitor bibliotecário como uma “criatura estranha”, o qualificando como “[...] leitor mediador; intérprete que trabalha sobre materialidades discursivas variadas, com o objetivo de criar, a partir de suas interpretações, representações condensadas dos textos com efeito de completude.” No entanto, a autora concorda que para representar a informação, o profissional necessita de instrumentos auxiliares na efetivação do serviço, tais como instruções normativas e a leitura técnica.

Pela leitura, será possível realizar a abordagem do conteúdo informacional para sua posterior representação no sistema de informação, e esse procedimento é executado conjuntamente com a análise de assunto, pois um não pode ser realizado sem a participação do outro. São concomitantes, sendo impossível para o bibliotecário parar um processo a fim de iniciar o outro.

Após a leitura e análise de assunto, com uso das linguagens documentárias, como os cabeçalhos de assunto, tabelas de classificação ou tesauros, serão atribuídos ao documento termos que representem o seu conteúdo e o número de classificação que irá direcionar sua localização física na estante da biblioteca.

Nesse sentido, tem-se a fabricação da informação documentária, que através das etapas de seleção, análise e representação do documento, irá tornar disponível sua condensação para posterior recuperação. Por consequência, a representação também será levada em conta ao analisar a pergunta do usuário. Assim, de acordo com Kobashi (1994, p. 22):

A fabricação de Informações Documentárias, [...], supõe a transformação de um objeto (documento) em outro objeto (informação documentária), por meio de operações de análise e de síntese. Sua função é a de permitir selecionar, de um universo de objetos, aqueles que poderão responder a uma necessidade de informação.

O documento em sua complexidade é analisado, sintetizado e representado para posterior recuperação, havendo “[...] a reconstituição bruta da informação veiculada no texto original.” (MOURA, 2004, p. 164). O trabalho envolve a desconstrução do texto original (pela leitura e análise) e sua posterior reconstrução, advinda dos produtos documentários, que podem ser representados por termos ou descritores, no caso da indexação. Kobashi (1994) explica que, do ponto de vista metodológico, primeiramente os textos são desestruturados para distinguir em seu conteúdo a informação essencial e a acessória, ou seja, o que é principal e o que é secundário em relação ao assunto tratado no documento.

Nessa construção da informação documentária, as ferramentas de apoio ao trabalho do bibliotecário são de grande importância, pois auxiliarão o profissional na identificação da informação relevante para a comunidade usuária. Constata-se na literatura que o profissional apresenta dificuldades no processo de indexação, prevalecendo ausência de orientações sistematizadas que circundem o processo (SILVA; FUJITA, 2004).

#### 4 COMPOSIÇÃO DE ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Abordou-se nesse artigo a indexação em dois aspectos que abarcam a operação. Inicialmente, buscou-se expor o embasamento teórico que fornece subsídios à determinação do assunto do documento, a fim de disponibilizá-lo para recuperação, e posteriormente, conduziu-se a abordagem no contexto das normas.

O presente trabalho permitiu a percepção de todo trajeto alcançado pela análise de assunto e por isso, discorreu-se sobre as diferentes terminologias, os instrumentos que dão subsídio

a essa análise, como por exemplo, a NBR 12676/1992 e também o percurso da leitura documentária, sendo essa a maneira de se ter acesso ao conteúdo temático dos documentos.

É possível concluir que a análise de assunto traz muitas vantagens e esse processo deve ser condizente com a leitura documentária. Nesse caminhar, é nítida a compreensão de que a atividade de indexação não é oca e tão pouco tecnicista, pelo contrário, é envolvida por suas dimensões teóricas e aplicáveis, além de abarcar uma política de indexação. Uma ressalva que se faz está no fato de existir uma Norma brasileira

que rege o processo de indexação desde 1992 e não haver publicações de pesquisa que retrate seu uso.

O processo de indexação é uma atividade complexa e as normas e políticas são suportes, com os quais o profissional pode ter amparo na execução da tarefa, ao invés de adotar a perspectiva do bom senso. Nesse trajeto, tais abordagens continuarão sendo motivo de outras discussões e reflexões e, portanto, fica registrada a sugestão de trabalhos que versem a aplicação prática da análise de assunto na indexação.

### **ANALYSIS OF TOPIC IN CASE OF INDEX: a journey between theory and standard**

#### **ABSTRACT**

*Considered the step that constitutes the intellectual work of the indexer, the approach runs the focus of the initial phase of the indexing process - the subject analysis. Among the various denominations that can be achieved, the subject analysis reaches its dimension applied when observed the rules that underlie the indexing process. The release of the documentary information requires the development of contributions to aid in the procedures of analysis, synthesis and representation of the contents documentary, seeking contributions to both the theoretical sedimentation, and for fostering the professional practice of the librarian. Through bibliographic exploratory research, this article aims to contribute to the relevance of subject analysis, concluding that there is a gap in the use of NBR 12676/1992, as well as the need for its updating.*

#### **Keywords:**

*Indexing - Theory. Indexing - NBR 12676/1992. Subject analysis. Documentary reading.*

---

Artigo recebido em 28/06/2013 e aceito para publicação em 22/03/2014

---

#### **REFERÊNCIAS**

ALBRECHTSEN, H. Subject analysis and indexing: from automated indexing to dominion analysis. **The Indexer**, v. 18, n. 4, p. 219-224, oct. 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992. 4 p.

CESARINO, M. A. da N.; PINTO, M. C. M. F. Cabeçalho de assunto como linguagem de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 268-288, set. 1978.

CESARINO, M. A. da N.; PINTO, M. C. M. F. Análise de assunto. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 32-43, jan./jun. 1980.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas, instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988.

CINTRA, A. M. M. Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J. W. (Coord.). **Análise documentária: a análise da síntese**. 2. ed. Brasília: IBICT, 1989. p. 30-37.

CUNHA, I. M. R. F. **Do mito à análise documentária**. São Paulo: EDUSP, 1990. (Teses; v. 11).

DIAS, E. W. Análise de assunto: percepção do usuário quanto ao conteúdo de documentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 146-157, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/issue/archive>>. Acesso em: 5 abr. 2011.

DIAS; E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2007.

FIDEL, R. User-oriented indexing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 45, p. 572-576. 1994.

FOURIE, I. Book indexing: a reflection on the contrasting complexities and ease of conceptualization and how we can deepen our understanding. **Mousaion**, v. 25, n. 1, p. 111-125. 2008.

FUJITA, M. S. L. A leitura do indexador: estudo de observação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 101-116, jan./jun. 1999. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/issue/archive>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em: <[http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/sbu\\_rci/issue/archive](http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/sbu_rci/issue/archive)>. Acesso em: 20 abr. 2011.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 1-19. jun. 2006. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/jun12/F\\_I\\_onum.htm](http://www.dgz.org.br/jun12/F_I_onum.htm)>. Acesso em: 5 jan. 2011.

FUJITA, M. S. L. **O contexto da leitura documentária de indexadores de bibliotecas universitárias em perspectiva sociocognitiva para a investigação de estratégias de ensino**. 2007. 36f. Marília: Unesp; CNPq. (Projeto Integrado de Pesquisa).

GIL LEIVA, I. **Manual de indización: teoría y práctica**. Gijón: Trea, 2008.

OBASHI, N. Y. **A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia**. 1994. 195f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

INSTITUTE OF EDUCATION SCIENCES. Education Resources Information Center. Section 7: indexing. In.: \_\_\_\_. **ERIC processing manual**. Washington: Department of Education; Educational Resources Information Center, 1980.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LANCASTER, F. W. **Indexing and abstracting in theory and practice**. Londres: The Library Association, 1991.

LANGRIDGE, D. **Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

LARA, M. L. G. **A representação documentária: em jogo a significação**. 1993. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MAI, J-E. Analysis in indexing: document and domain centered approaches. **Information Processing & Management**, v. 41, n. 3, p. 599-611. 2005.

MOURA, M. A. Leitor-bibliotecário: interpretação, memória e as contradições da subjetividade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9 n. 2, p. 158-169, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/issue/archive>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

NAVES, M. M. L. Análise de assunto: concepções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez. 1996.

NAVES, M. M. L. Estudo dos fatores interferentes no processo de análise de assunto. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p.189-203, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci>>

ufmg.br/index.php/pci/issue/archive>. Acesso em: 16 jan. 2011.

NEVES, D. A. de B.; DIAS, E. W.; PINHEIRO, Â. M. V. Uso de estratégias metacognitivas na leitura do indexador. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 141-152, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/issue/archive>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

PINTO MOLINA, M. **Análisis documental: fundamentos y procedimientos**. 2. ed. rev. aum. Madrid: EUDEMA, 1993.

REIS, D. M. dos. **A importância da observação da estrutura textual durante a indexação de livros científicos em bibliotecas universitárias: uma análise realizada a partir da técnica de protocolo verbal**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

RIBEIRO, C. **Indexação de livros: um modelo de leitura aplicado às bibliotecas universitárias**. 2010. 76f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

RUBI, M. P. **Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 2008. 169f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

SILVA, M. dos R. da.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise evolutiva de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://revistas.puccampinas.edu.br/transinfo/archive.php?OJSSID=1bcf7de1a72f69d5b262824e18d8af43>>. Acesso em: 8 jan. 2011.

SILVEIRA, T. J. D. **Leitura documental para catalogação de assunto em ambiente de biblioteca universitária: análise de um modelo de leitura**. 2006. 86f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

SOERGEL, D. **Organizing information: principles of data base and retrieval systems**. Nueva York: Academic Press, 1985.

VAN SLYPE, G. **Conception et gestion des systemes documentaires**. Paris: Ed. d' Organisation, 1977.

VOORBIJ, H. J. Title keywords and subject descriptors: a comparison of subject search entries of books in the humanities and social sciences. **Journal of Documentation**, v. 54, p. 466-476. 1998.

WORLD INFORMATION SYSTEM FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY. Princípios de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 83-94, mar. 1981.